

## PARECER JURÍDICO

Processo Sei nº 9990000001.10734/2025-40.

PARECER nº 0164/2025.

Exma. Sra.

**Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias**  
**Defensora Pública-Geral**

Pregão Eletrônico para Registro de Preços promovido pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) – Planejamento 124/2025 - Ata de Registro de Preços nº 002/2025 – eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância e segurança armada nas sedes e unidades da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG - Contratação da empresa vencedora do certame – Unidade de Sete Lagoas/MG – Aprovado.

### I – RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais aderiu, na qualidade de órgão participante, ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços, Planejamento nº 124/2025, Ata de Registro de Preços nº 002/2025 promovido pela própria Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância e segurança armada para a unidade de Sete Lagoas/MG da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG.

2. Após a adesão, pretende-se adquirir itens registrados na Ata de Registro de Preços 02/2025, **especificamente 01 (um) posto de serviço de vigilância armada para unidade de Sete Lagoas/MG**, razão pela qual os autos foram encaminhados à análise desta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 53 da Lei 14.133/2021.

3. A solicitação de contratação foi realizada pela Superintendente de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (0643768), tendo sido realizado o levantamento do quantitativo dentro da previsão de itens arrolado no Termo de Adesão (0655609).

4. O processo em análise está instruído com os documentos constantes no SEI.

5. É o relatório.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

6. No âmbito do Estado de Minas Gerais, as contratações realizadas por meio do sistema de registro de preços, além de seguir o disposto nos art. 82 e seguintes da Lei n.14.133, de 01 de abril de 2021, as contratações de serviços e aquisições de bens, são regidas pelo Decreto Estadual nº 48.779, de 23 de fevereiro de 2024.

7. O Sistema de Registro de Preços é conceituado pelo art. 2, X do referido Decreto como um *“conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação*

*nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras”.*

8. Tal registro é realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados na Ata de Registro de Preços, definida pelo art. 16 e seguintes, do Decreto mencionado, como um documento vinculativo, obrigacional, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas, para eventual e futura contratação.

9. A aquisição ou contratação é feita quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram a Ata (denominados participantes), ou que venham a integrá-la posteriormente (denominados não participantes), seguindo o disposto no art. 32 do Decreto Estadual:

Art. 32 – A contratação com os fornecedores com preços registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único – Os instrumentos de que trata o caput serão assinados, aceitos ou retirados no prazo de validade da ata de registro de preços.

10. Registre-se que, no desenvolvimento do presente procedimento, exige-se, das autoridades e unidades administrativas integrantes da Defensoria Pública, a fiel observância dos dispositivos constantes do Decreto n. 48.779 e na Lei nº 14.133/2021, bem como de outros diplomas legais pertinentes e aplicáveis, sob pena de responsabilidade administrativa, penal e civil.

11. No presente caso, se averigua nos autos que foram acostados o termo de adesão (0655609) o edital do certame (0642616), a Ata de Registro de Preço (0642631), onde se verifica que a Defensoria Pública atuou como gestora da ata e o comprovante de publicação da Ata no PNCP (0642676).

12. Prosseguindo, nota-se que os setores técnicos competentes declararam a existência de disponibilidade econômico financeira, indicando o crédito pelo qual correrá a despesa e apontando a classificação funcional programática e a categoria econômica, 0655976. Ainda conta no referido documento a autorização para prosseguimento da contratação assinada pela Subdefensora Pública-Geral.

13. Ademais, o setor de compras diligenciou-se para cadastrar a contratação pretendida junto ao SIAD, tendo obtido o relatório e o mapa comparativo de preços detalhado constante no processo SEI (0658574 e 0658546).

14. O documento constante no I.D. 06570658917433 destina-se a comprovar a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira das empresas que se pretende contratar

14.1. No que se refere a contratação da Ata 002/2025, consta no CRC e demais documentos da empresa SEGEX SEGURANCA PRIVADA LTDA como aceite o contrato social e última alteração da empresa, a inscrição no CNPJ e a declaração de menores e fatos superveniente. Resta, outrossim, comprovada a sua regularidade com o FGTS, INSS, Trabalhista, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1. Ademais, foi aceite e se encontra válida a certidão negativa de falência. Constata-se ainda no CRC que a empresa não se encontra inscrita no CAFIMP, CADIN. **Solicitamos a Juntada do SICAF.**

**15. Ressalte-se que os balanços patrimoniais e eventuais documentos exigidos para qualificação técnica foram objetos de análise do Pregoeiro no momento do julgamento da licitação e habilitação das empresas.**

**15.1. Todos os documentos devem ser verificados pelo demandante ou fiscal do contrato, conforme competência e determinação no instrumento de contratação, no que**

**se referem às exigências técnicas.**

16. Quanto à minutado contrato (0658920) verifica-se que esta já foi objeto de análise jurídica no momento da aprovação do Edital do Pregão para Registro de Preços 124/2025 (0642616), não podendo a Diretoria de Compras e Contratos realizar alterações em decorrência da vinculação do instrumento convocatório.

### **III – CONCLUSÃO**

17. Do exposto, consoante as razões anteriormente expostas, concluo pela regularidade do procedimento para adesão à Ata de Registro de Preços 002/2025 decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 124/2025 para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância e segurança armada para a unidade de Sete Lagoas/MG da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG, **após o atendimento da solicitação supra.**

Este é o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rodrigo Tito de Oliveira**, Assessor Jurídico, em 08/09/2025, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0659202** e o código CRC **2E81F448**.